



A CARREIRA DOCENTE: ENTRE ALEGRIAS E PERCALÇOS

Heloísa Augusta Brito de Mello¹

Este ano completo trinta anos de magistério, vinte e um dos quais exercidos no ensino superior na área de formação de professores de inglês. Praticamente ao final da carreira de professora sinto um misto de alegria e tristeza ou de euforia e frustração que acredito ser natural nesta fase da carreira profissional de qualquer pessoa. Mas como tudo que diz respeito a nós mesmos nos parece a coisa mais importante do mundo, compartilho com o leitor minhas angústias acadêmicas.

A educação básica é uma preocupação constante no fazer pedagógico de todos os professores que atuam nas licenciaturas porque é lá na escola básica que o nosso trabalho na universidade tem impacto maior, afinal uma boa formação docente se traduz em mais qualidade de ensino na sala de aula. Por isso, confesso que uma alegria enorme me invade quando encontro meus ex-alunos e alunas ou deles/delas tenho notícias de que estão atuando com distinção em alguma escola da rede de ensino público ou privado. Minhas energias se renovam porque vejo neles e nelas os frutos do meu trabalho – de alguma forma ou de outra contribui para que eles se tornassem professores e professoras conscientes

¹ Professora associada da Faculdade de Letras da UFG. E-mail: <heloisabrito@brturbo.com.br>.

de seu papel, mais críticos, mais reflexivos, mais dedicados e preparados para enfrentar as adversidades da sala de aula em nossas escolas. É uma sensação de tarefa cumprida!

Já a tristeza tem lugar em meu coração porque apesar do meu esforço e do sucesso de meus alunos e alunas, a educação básica no Brasil pouco caminhou nesses trinta anos, para não dizer que fracassou – as salas continuam superlotadas, os recursos didáticos escassos, os salários defasados e pouco condizentes com a função exercida, as políticas linguísticas e educacionais equivocadas, inadequadas ou ideologicamente tendenciosas, a indisciplina chegou a níveis insuportáveis, a desvalorização da carreira aumenta a cada ano que passa, carência de professores qualificados, entre tantas outras mazelas que eu já combatia no princípio de minha carreira e que continuam sendo lugar comum na educação brasileira.

O sentimento de euforia advém do fato de que apesar das adversidades, creio na capacidade dos jovens de promover transformações da realidade institucionalizada. Nesse sentido, nossas alun(as/os) e ex-alun(as/os) são um alento para a minha falta de expectativa em relação ao atual modelo educacional, pois vejo neles e nelas minha disposição de vinte-trinta anos atrás quando sonhava com um ensino de inglês de excelência em nossas escolas e acreditava que com a minha dedicação e esforço seria capaz de operar profundas transformações de modo a concretizar o meu sonho de então. Hoje percebo que apenas as transformações superficiais, que formam a ponta do iceberg da educação, estão ao nosso alcance; as profundas estão submersas no oceano das políticas públicas, dos interesses sectários, da espoliação do dinheiro público, dos desvios da ética, da má administração pública, da perpetuação do *status quo*. Daí advém meu sentimento de frustração – uma andorinha só não faz verão! Ao contrário, educação é um empreendimento de grupo que pressupõe a participação de diversos segmentos da sociedade tais como: overnantes, que traçam as prioridades de governo e as diretrizes de ensino, e que se encarregam do financiamento da educação em todos os seus níveis; legisladores, que elaboram as políticas linguísticas e educacionais do país; dirigentes, que fazem cumprir as leis, normas e diretrizes acordadas; a família, que proporciona apoio logístico e emocional; os professores, que se encarregam da

formação acadêmica dos novos professores e por fim, a parte mais interessada, os alunos. Esta é, portanto, uma operação conjunta, um processo cultural, que pressupõe a participação do indivíduo no próprio grupo, e que reflete e refrata o comportamento de todos. Daí a importância de uma cultura de valorização da educação no seu sentido amplo – educação para a formação básica e posterior formação universitária, educação para a música, literatura e artes, educação para a qualificação profissional, educação para a saúde, educação para a vida (o que engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade). Contudo, diferentemente do que se espera, tem persistido em nosso contexto a cultura da desvalorização da educação e conseqüentemente do profissional de ensino em todos os níveis, do básico ao superior.

Para nós que trabalhamos com formação de professores, a desvalorização da carreira docente tem implicações imediatas como o esvaziamento da carreira de professor(a). Vejamos alguns dados sobre essa questão: Segundo dados do Censo da Educação Superior, publicados na *Folha de São Paulo* em 2009, os cursos de licenciatura, que formam professores para atuarem na segunda fase do ensino fundamental e médio, em diversas áreas do conhecimento, registraram baixa procura nos últimos anos em especial nas áreas de letras, geografia, química e filosofia. De lá para cá o cenário parece não ter mudado para melhor, considerando-se informações publicadas no *Jornal O Popular* em 2010, que naquela época já colocavam a carreira de professor como a última opção no vestibular e o ponto de corte entre os mais baixos dentre os ingressantes no vestibular da UFG daquele ano.

Essa mesma reportagem, sob o título “Docência atrai mal qualificados”, reporta dados preocupantes sobre o perfil dos alunos que ingressam nos cursos de formação de professores: só 2% dos ingressantes tem a carreira de professor como opção; a comparação entre os bacharéis e licenciados mostra que as notas de corte na medicina e engenharias são da ordem de 192,5 e 182,0, respectivamente enquanto que nos cursos de letras e química giram em torno de 63,25 e 67,25, respectivamente. Essa carência de professores não se restringe ao ensino básico, como mostra a *Folha de São Paulo* dessa semana: “25% dos concursos para professores em federais de SP não têm aprovados”. Isso significa que sobram vagas para docentes na rede federal por falta de candidatos inscritos ou aprovados nos processos seletivos.

Um passo à frente e dois para trás. Essa parece ser a marcha da educação brasileira, apesar dos esforços empreendidos no setor por parte do poder público nas suas diversas esferas. Um conjunto de dados e indicadores sobre a educação brasileira mostra que na última década os avanços em sala de aula foram bem menos significativos do que o necessário. Em 2010, o Brasil ocupou a 88^o posição no ranking mundial de educação elaborado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Em 2011, subiu uma posição no ranking, e em 2012 o país deve cair para a posição 25^a, conforme previsão dos elaboradores do ranking.

Contudo, seria ingênuo afirmar que a razão desse cenário desfavorável está apenas na desqualificação dos professores. Há sim profissionais qualificados no mercado e haveria muito mais se o contexto da educação pública fosse outro. Muitos dos primeiros classificados nos concursos públicos para professor(a) no ensino básico são egressos de cursos de licenciatura que tradicionalmente oferecem uma boa formação docente, a exemplo da UFG, alguns são especialistas, mestres e até doutores na área em que atuam, se identificam com a docência e são de fato professores por opção. Entretanto, ao final do primeiro ano a maioria já perdeu o entusiasmo pelo ofício ou abandonou a escola pública em razão das precárias condições de trabalho que ela oferece – salário baixo, sobrecarga de trabalho, recursos minguados de apoio didático, indisciplina e todas as adversidades que a sociedade conhece tão bem, mas que não quer enxergar. Talvez, porque já se naturalizou entre nós a cultura da educação franciscana, no sentido do sacerdócio, do modo-de-ser-pobre, da simplicidade, da renúncia, da falta, da acomodação ao ruim – “Não tem jeito mesmo, deixa pra lá!”

Concluindo, o que se ressalta nessa breve reflexão é a importância de defendermos a valorização do ensino em todos os seus níveis, seja com base no princípio da meritocracia por titulação, seja em avaliações de produtividade orientadas por posturas mais qualitativas, localizadas e dialógicas. Destaco, ainda, que toda proposta que venha retirar benefícios adquiridos pela categoria ou que se traduzam em desprestígio para a carreira do profissional de ensino, merece ser recusada já de início. É nesse sentido que a greve se justifica.